

ÍNDICE

fne

3 - 4

EDITORIAL

51 - 54

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 48

AÇÃO SINDICAL

55 - 58

INTERNACIONAL

49 - 50

TEM A PALAVRA

59 - 63

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | ABRIL 2026

Proprietário

Federação Nacional da Educação

Diretor

Pedro Barreiros

Produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado

Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro

Mário Jorge

Redação

Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação

Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusiadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO



EDITORIAL



Sempre pelos professores, com os professores

No rescaldo do Fórum FNE 2026, realizado a 20 de março de 2026, no Porto, e na sequência da mais recente reunião de negociação do Estatuto da Carreira Docente (ECD), foi apresentada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), em sessão plenária de 25 de março, uma nova proposta conceptual para o modelo de concursos de professores.

O Fórum constituiu um espaço privilegiado de reflexão, onde se reafirmou uma ideia central: ser professor é muito mais do que exercer uma profissão, é assumir um compromisso permanente com a escola pública e com a sociedade. Nesse contexto, destacou-se a importância do chamado salário emocional e a necessidade de uma valorização efetiva dos docentes, que vá além da dimensão remuneratória e se traduza em melhores condições de trabalho, reconhecimento social e estabilidade profissional.

Foi igualmente sublinhado que a valorização da carreira docente exige justiça e equilíbrio, nomeadamente através da correção de distorções acumuladas ao longo dos anos. A recuperação do tempo de serviço congelado, alcançada pela FNE em 2024, constitui um exemplo concreto de que é possível avançar nesse caminho, reforçando a dignidade e a atratividade da profissão.

Por outro lado, emergiu com clareza a preocupação com as condições reais de exercício da profissão, em particular no que diz respeito ao ambiente nas escolas. A crescente complexidade dos contextos educativos, associada a fenómenos como a indisciplina, coloca desafios significativos, sobretudo para quem inicia funções, exigindo respostas estruturadas e consistentes.

Na reunião de 25 de março, o MECI apresentou o novo modelo conceptual de concursos, que gerou reações diversas e abriu um novo ciclo negocial. Ficou definido que, até 10 de abril, as organizações sindicais apresentariam as suas contrapropostas, num processo que se exige rigoroso, participado e orientado para soluções equilibradas.

A valorização emocional, as condições de trabalho e a valorização salarial são fatores decisivos para a atratividade da carreira docente, especialmente junto das gerações mais jovens, mas também para o bem-estar e a permanência dos profissionais no sistema. Do mesmo modo, o modelo de concursos tem um impacto profundo na vida dos docentes: influencia a estabilidade, a proximidade à área de residência, a organização familiar e, em muitos casos, a própria decisão de ingressar ou permanecer na profissão.

É sabido que os interesses da administração central nem sempre coincidem com os da classe docente. Um modelo de concursos que desvalorize a graduação profissional, comprometa a transparência, a universalidade e a equidade, ou dificulte a aproximação à residência e o equilíbrio familiar, será inevitavelmente gerador de instabilidade, ansiedade e desmotivação. Não constrói confiança nem projeta futuro. Pelo contrário, fragiliza a profissão. Por isso, o modelo de concursos deve ser entendido como um instrumento essencial de valorização profissional, parte integrante do chamado salário emocional.

Importa, ainda assim, reconhecer que os modelos de concursos nunca foram consensuais. Sempre suscitaram divergências e dificilmente satisfarão plenamente todos os intervenientes. O momento atual, particularmente exigente, não deve ser aproveitado para alimentar alarmismos ou desinformação, mas antes para promover um debate sério, informado e responsável.

A FNE deverá manter uma linha negocial firme, coerente e orientada para soluções que acrescentem valor ao sistema educativo e respeitem os docentes. As matérias em discussão são densas e complexas, sendo o recrutamento um dos domínios mais sensíveis e potencialmente divisivos.

Neste quadro, a FNE apresentou propostas concretas, capazes de gerar o maior consenso possível, respeitando simultaneamente os direitos de quem já exerce funções e as legítimas expectativas de quem pretende ingressar na profissão.

Porque é esse o compromisso:
sempre pelos professores, com os professores.



ANTÓNIO JORGE PINTO
VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



www.fne.pt

25

ABRIL, 2026

10:30H

Auditório SPZN
Rua Costa Cabral, 1035
Porto



Ariana Cosme
INSPETORA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL FNE

Rui Trindade
PRESIDENTE CCPEC

CONFERÊNCIA

ENTRE A PROFISSÃO E A MISSÃO

Inspirado nas linhas de pensamento e intervenção pública de Ariana Cosme e Rui Trindade, este tema procura recentrar a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) não apenas em dimensões administrativas ou remuneratórias, mas sobretudo na natureza pedagógica, ética e política da profissão docente.

Reconfigurar o Estatuto da Carreira Docente para uma Escola Democrática, Colaborativa e Centrada na Aprendizagem.



CONFERÊNCIA ENTRE A PROFISSÃO E A MISSÃO

A profissão Docente
não pode ser solitária

Esta foi uma ideia partilhada por Ariana Cosme, Rui Trindade e pelo secretário-geral (SG) da FNE, Pedro Barreiros, na Conferência “Entre a Profissão e a Missão – Reconfigurar o Estatuto da Carreira Docente para uma Escola Democrática Colaborativa e Centrada na Aprendizagem”, de celebração dos 52 anos do 25 de abril e de apreciação à negociação em curso de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Para o trio que compôs a mesa redonda da conferência, temos que recuperar o coletivo solidário que morreu, em vez de missão devemos acentuar o profissionalismo e “cada um de nós ilumina a escola à sua maneira”, com Pedro Barreiros a sublinhar que “o ECD não resolve todos os problemas dos professores”.

A conferência decorreu num Auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) completamente cheio, entre as 10 e as 13h30 do sábado de 25 de abril, dia da comemoração nacional da revolução dos cravos. A iniciativa reuniu os oradores convidados Ariana Cosme, Inspetora-Geral da Educação e Ciência e Rui Trindade, Presidente do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), coadjuvados pelo SG da FNE, Pedro Barreiros, que moderou o diálogo.

Inspirado nas linhas de pensamento e intervenção pública de Ariana Cosme e Rui Trindade, o tema desta conferência procurou recentrar a revisão do ECD não

apenas em dimensões puramente administrativas ou remuneratórias, mas sobretudo na natureza pedagógica, ética e política da profissão e da profissionalidade docentes.

Os principais eixos de discussão centraram-se em pontos como a profissionalidade docente no século XXI; a Autonomia, colegialidade e organização do trabalho; a Avaliação e desenvolvimento profissional; a Carreira, atratividade e dignificação da profissão; e a Educação, democracia e justiça social, num espaço de debate também aberto na parte final aos participantes.





Uma escola de boa saúde

No seu enquadramento da conferência, Pedro Barreiros sublinhou que os dois oradores eram uma referência da nossa ação e do nosso pensamento e que nos encontrávamos em tempos de negociação para a reconfiguração e melhoria do ECD. “Olharmos para a nossa missão e profissão nada melhor que partilhar o espaço com Ariana Cosme e Rui Trindade”, afirmou. “Demos também o nosso contributo sindical para que a formação contribua para as necessidades de cada um. E é muito importante termos disponíveis todos os recursos para assegurarmos uma educação de qualidade no nosso país”.

O SG da FNE recordou que estávamos ali para comemorarmos o 25 de abril e que a ação da FNE e dos seus sindicatos era muito relevante para garantirmos a continuação da liberdade e da Democracia.

“A FNE criou uma candidata virtual chamada Maria Esperança Portugal. O seu nome não foi um acaso, porque precisamos dessa esperança. Os nossos alunos, as nossas escolas e as nossas comunidades educativas precisam dessa esperança. Importa, pois, vermos como o novo ECD poderá proporcionar a melhoria das práticas e o sucesso educativo”.

Pedro Barreiros lamentou o facto de haver tanto trabalho dos professores nas escolas, mas “o que sai para a opinião pública é o que denigre e desacredita a nossa profissão e a escola pública. Do ponto de vista sindical também temos a nossa responsabilidade. O nosso lema é só um: pelos professores, com os professores. Não temos outro interesse que se sobreponha a este”.



Ariana Cosme começou por afirmar que “pensamos da mesma forma sobre a escola. Neste fim de vida profissional não gostaria de ser outra coisa senão professora. A esperança na democracia em Portugal via-se através da transformação da escola. No 25 de abril, a escola era uma esperança em que todos acreditávamos”. Ariana Cosme recordou que no início de sua carreira, no primeiro ciclo, “não tínhamos sequer um estatuto. Em 1986 veio o primeiro estatuto com direitos e deveres. Foi um momento extraordinário. Vejo o momento atual como vejo o primeiro estatuto”.

Em sua opinião, temos uma escola de boa saúde. Por isso, não compreende por que razão este país fala tão mal da sua escola: “Como é que damos tantos tiros nos pés?”

É brutal o que fizemos na educação em apenas 50 anos e com tanta dignidade. Outros o fizeram, mas em 100, 150 anos. O senhor Ministro da Educação lembra isto muitas vezes”. Ariana Cosme fala de ser professor como um desígnio e remata: “Há professores notáveis que nunca pensaram vir a entrar na profissão”.

Depois acrescenta: “Sou uma mulher simples do norte. Vamos festejar 20 anos de avaliação externa de escolas, em que a escola se mostra abertamente à comunidade. A democracia mostra-se pela transparência. A escola portuguesa vai bem, encontra-se de boa saúde. Aprendi tanto como dirigente sindical, no estarmos juntos a construir. Lutem, afirmem, estamos no bom caminho”.



Necessariamente incompetentes

Depois de agradecer o convite para comemorar os 52 anos do 25 de abril, Rui Trindade falou em retrospectiva: “Agora olho para coisas mais pequeninas, com menos visibilidade. Em 2015, e a pretexto das celebrações do 25 de abril, eu e mais três colegas organizámos um livro chamado Esteios, em que homenageámos alguns dos homens e mulheres que contribuíram para o sistema educativo. Temos que reivindicar para além das más coisas que nos fazem. Temos que ir além da denúncia. Precisamos de um ECD que dignifique o que fazemos”.

Rui Trindade lembrou alguns números da evolução do sistema educativo desde o 25 de abril de 1974: “Em 1980, havia 15% de crianças portuguesas no pré-escolar, 35% no 2º ciclo e 11,7% no secundário. Ao olhar para os números de hoje, não podemos esquecer que foram os professores que o fizeram”.

O Presidente do CCPFC também mencionou a taxa de reprovação e outras melhorias que se operaram: “Podem acusar os professores do que quiserem, mas hoje há uma avaliação formativa, avaliação contínua, um círculo de estudos... tudo construído pelos próprios professores”.

O orador mencionou em seguida os tempos da pandemia do COVID 19: “Na pandemia, os alunos sofreram muito porque não estiveram na escola. A escola faz a diferença. E até houve uma professora que foi para o cimo de um monte para ter rede para falar com os seus alunos”. Em seu entender, hoje “há uma diversidade enorme nas escolas. Sofremos muito, desanimámos muito, mas temos que nos lembrar que não tivemos tempo para nos prepararmos para tal diversidade”.

Rui Trindade sublinha que no centro da aprendizagem está a relação dos alunos com o currículo e que “o professor facilitador é um tiro nos pés”. Nas escolas ainda há espaço para aulas expositivas, “mas não de forma abusiva. As metodologias como o trabalho de projeto, a aprendizagem baseada na resolução de problemas ou, entre outras, a abordagem baseada nas salas de aula invertidas, devem sempre levar em conta as necessidades dos alunos que temos pela frente”.

Para este professor e investigador, as disciplinas têm de servir “como caminho, como objetivo, para os alunos se tornarem mais inteligentes e humanamente mais capazes. Cada disciplina tem os seus próprios logaritmos e não deverá haver algoritmos transversais”. Quanto ao professor perfeito, acentua, sem papas na língua: “Às vezes temos de ser necessariamente incompetentes para evoluirmos. E tantas vezes somos inconscientes da nossa excecionalidade na sala de aula. Temos que ser construtores de conhecimento, mas sempre a partir dos espaços e contextos que ocupamos na educação”.

No respeitante à formação contínua, Rui Trindade testemunhou: “A formação contínua não pode estar nas mãos do Ministério da Educação. Tem que haver uma parceria com os professores e com as escolas. Gostaria de uma formação contínua como objetivo institucional das escolas, embora isto comporte algumas dificuldades”.



GALERIA DE FOTOS



25**ABRIL, 2026****10:30H**

Auditório SPZN
Rua Costa Cabral, 1035
Porto



www.fne.pt

Avaliação trouxe a competição

Pedro Barreiros lamentou que, nos processos negociais com o MECI, a parte sindical se encontre invariavelmente numa situação “completamente injusta em termos de meios, de dados, de informação”. Logo em seguida sublinhou que o concurso de 1406 técnicos especializados “deveria garantir a continuidade no seu trabalho”. E, no que respeita a modelo de concursos de docentes, relevou que o modelo atual em vigor é aquele que mais respeita as condições atuais da carreira, como a graduação profissional”. O SG da FNE referiu-se aos problemas do dia a dia do professor, entre eles o da indisciplina.

Por seu lado, Ariana Cosme assinalou que estávamos a viver momentos inimagináveis no mundo, de guerra e destruição, que nos envergonham. O trio da mesa redonda da conferência foi unânime em considerar que precisamos muito dos pares na nossa profissão. Ariana Cosme sublinhou que tinha receio que o novo estatuto continue a ver o professor como uma profissão solitária: “A profissão docente não pode ser solitária”.

Até porque “tenho que ter segurança para falar das minhas inseguranças com os meus colegas”.

A oradora afirmou que “a sala dos professores pode ser muito cruel e a escola está muito difícil e complexa para poder ser vivida sozinha”. Em sua opinião, precisamos dos melhores na profissão e o novo ECD deve assegurar que todos os professores e professoras dispõem de tempo profissional para si mesmos”. Isto para se atualizarem e melhor se prepararem para enfrentar os desafios. Referindo-se depois aos diretores, confessou que “dentro de muitos diretores há um ministro”.

Embora não tivesse uma resposta para a indisciplina, Rui Trindade concordou que uma das questões a resolver é que o tempo de trabalho letivo dos professores teria que diminuir. Referindo-se à enorme complexidade dos desafios da carreira docente, Ariana Cosme citou Maria José Roldão, que dizia que, por vezes, o modo de ensinar dos professores impede os alunos de aprender. Por isso, a humildade era uma qualidade imprescindível para quem pretenda seguir a docência.

Dar tempo às reformas

Seguiu-se um período de comentários e perguntas dos participantes, onde os temas foram a missão do professor, a autonomia, o prazer em ser professor, a burocracia e a necessidade de termos uma profissão mais colaborativa. “O ECD não resolve todos os problemas da profissão”, realçou o SG da FNE”, que passou a destacar dois momentos na educação: “Dantes havia recursos e mais disponibilidade para o trabalho em comum. Depois surgiu um período de competição entre docentes, cuja sala nas escolas passou a ser um espaço vazio. Muito do mau-estar nas escolas vem da avaliação de desempenho. E continua a competição...”

Voltando ao tema da missão do professor, Ariana Cosme sublinhou que “temos que partir sempre do lugar da profissão. Falamos de profissionalismo. Missão é outra coisa. A missão pode sugerir escravatura, pessoas em filas e coisas bem piores. Gosto mais de profissionalismo que de missão. Por exemplo, a desinformação só se combate com profissionalismo”.

Quanto à formação ela deve existir “no sentido de eu ser melhor do que fui ontem”. Outra questão é que “perdemos o coletivo solidário, que morreu e aprender hoje é uma responsabilidade cívica. Como professor ou professora, tenho que ter o direito de ter alguém que me ajude a entrar na profissão. Cada um de nós ilumina a escola à sua maneira. Hoje ser professor é muito mais difícil que há 40 anos”.

Rui Trindade recusa completamente a ideia da missão dos professores, mas respeita muitíssimo os missionários: “Falar na missão dos professores é uma tentativa de desqualificar a profissão. Nós precisamos de professores competentes, capazes. E as escolas têm que pensar em apoiar os jovens professores. Os colegas de profissão podem ajudar a lidar com os problemas e a encontrar as soluções”. Questionado sobre se precisávamos de outro 25 de Abril na educação, Rui Trindade foi peremptório: “Não precisamos de outro 25 de abril na educação. O que é preciso é dar tempo às reformas”.

GALERIA DE FOTOS





FNE reclamou mudanças ao novo concurso de docentes de forma a não afastar candidatos

A FNE reuniu com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) na manhã desta 5.ª feira, 30 de abril de 2026, para uma reunião técnica, relativa ao Tema 2 - ECD.

Neste encontro a FNE entregou ao MECI o seu "Parecer Técnico-Político sobre o Recrutamento e Colocação: Proposta de Articulado" que resulta de uma análise cuidada do articulado proposto pelo MECI na Versão 1 de 27 de abril, tendo como objetivo reforçar a qualidade, a transparência e a equidade dos mecanismos de recrutamento e colocação de docentes, que pode ser consultado [**AQUI**](#), onde apresenta comentários e sugestões de melhoria ao articulado da última proposta do MECI remetida no dia 27 de abril de 2026.

Na reunião a FNE procurou não apenas identificar aspetos que carecem de clarificação e aperfeiçoamento, mas também apresentar propostas concretas que valorizem a profissão docente, assegurem maior estabilidade aos docentes e contribuam para uma resposta mais eficaz às necessidades do sistema educativo.

A FNE regista positivamente o acolhimento das soluções que defende e que apresentou, designadamente:

- **A garantia do respeito pela graduação profissional;**
- **A manutenção da Mobilidade Interna, que deverá ter outra designação (Ciclo Inicial de Colocações);**
- **A anualidade dos concursos;**
- **A valorização de mecanismos de colocação mais céleres e previsíveis.**
- **Só se considerar a situação de ausência de componente letiva nos casos em que não seja possível atribuir o mínimo de 6 horas (proposta da FNE) ou 8 horas (situação atual) de componente letiva;**

Ainda assim, subsistem aspetos que importa clarificar e aperfeiçoar no articulado proposto, nomeadamente no Artigo 5.º - Candidatura, relativamente aos quais a FNE apresentará os seus contributos em próximas reuniões e na reunião negocial prevista para o dia 11 de maio de 2026, onde se prevê tratar o estabelecimento de Ordenação de candidatos – prioridades aplicáveis no PCIE e no PCeC, devendo garantir-se transparência, previsibilidade e justiça nos procedimentos concursais.

Porto, 30 de abril de 2026
A Comissão Executiva da FNE



FNE reclamou mudanças ao novo concurso de docentes de forma a não afastar candidatos

À saída da reunião de 20 de abril, em que ficou a conhecer mais pormenores sobre o novo concurso que deverá acabar com os atuais mecanismos de contratação: as reservas de recrutamento e as ofertas de escola, Pedro Barreiros afirmou junto da comunicação social presente, que a proposta de um concurso contínuo de professores é "positiva e inovadora", mas é preciso alterar regras, senão poderá gerar desconfiança e aumentar a falta de docentes, alertou.

A ideia do Ministério da Educação de criar um concurso externo contínuo para ir dando resposta às necessidades imediatas das escolas, foi bem recebida pela FNE, mas o modelo tal como foi apresentado naquele encontro aos sindicatos representava, para Pedro Barreiros, "riscos reais de afastar candidatos do sistema".

A proposta da tutela previa que os professores concorressem a uma escola com a promessa de vincularem, mas, no ano letivo seguinte, poderiam ficar colocados em qualquer ponto do país: "Esta promessa de vinculação está doseada de algum engano e havia o problema de gerar desconfiança. Imagine um professor do norte que concorre para uma escola perto de casa e no ano seguinte fica no Algarve. Ora, se hoje há falta de professores, amanhã haveria muito mais", disse Pedro Barreiros.

A FNE defendeu por isso a existência de um concurso interno e externo antes do final do ano letivo para que todos os interessados possam concorrer.

Olhando para a proposta do MECI, a FNE disse ainda haver "convergência quanto ao diagnóstico" da falta de eficiência do atual modelo e da necessidade de uma resposta mais simples, mas "forte desacordo no que concerne aos dois momentos concursais apresentados".

A tutela pretendia ter um concurso de mobilidade interna, destinado aos professores dos quadros, e depois o tal concurso continuo e "Nós concordamos com um modelo contínuo desde que seja exclusivamente para a contratação, ou seja substitui as reservas de recrutamento, mas não pode vincular professores, porque no momento do concurso não saberiam se essa vinculação era ou não permanente.

Já que no ano seguinte estariam obrigados a estar disponíveis para um quadro nacional", sublinhou a FNE.

Pedro Barreiros afirmou ainda que "o ministério tomou nota da sugestão da FNE e que deverá integrar no articulado a proposta da federação de passar a haver, antes do final de cada ano letivo, um concurso interno e externo, sendo divulgadas as vagas existentes e permitindo a todos estar em condições de fazer esse concurso".

Outro dos temas abordados foram ligados ao facto de documentos recentemente apresentados falarem em "mapas de pessoal de escola" em vez dos "quadros de pessoal docente" algo que Pedro Barreiros considerou que "Existe aqui uma componente legal e uma componente da perceção. Legalmente não haverá nenhum efeito negativo em relação ao vínculo com ministério. Mas a perceção, até do ponto de vista linguístico, é a de que os professores não pertencem a mapas de pessoal, mas sim a Quadros de Zona de Pedagógica (QZP) ou a Quadros de Escola".

Questionado sobre a possibilidade de acabarem com os QZP, que dividem o país em 63 zonas, o ministério "garantiu que se irão manter tal como estão" e que quando os professores concorrem vinculam a um desses 63 QZP.

FNE/LUSA





Oito mil professores trabalham a mais de 50 km de casa, muitos sem apoio à deslocação

Lisboa, 27 abr 2026 (Lusa) – Cerca de oito mil professores dão aulas a mais de 50 quilómetros de casa, muitos sem direito a apoio de deslocação, chegando a gastar “250 euros mensais em combustível”, alertou hoje a Federação Nacional de Educação.

Durante uma reunião negocial sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), “a Secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, disse que 94% dos professores já estão colocados a menos de 50 quilómetros”, relatou o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.

Num universo de mais de 120 mil docentes, “há oito mil professores a fazer deslocações superiores a 100 quilómetros por dia” e muitos ficam de fora do apoio extraordinário à deslocação, que abrange apenas quem fica colocado a pelo menos 70 km de casa.

“São professores que gastam cerca de 250 euros na estrada ou mais. Tendo em conta que o ministério fala deste grupo como um universo tão reduzido, era importante que encontrassem formas de os apoiar”, defendeu Pedro Barreiros, em declarações à Lusa no final da reunião negocial para discutir o ECD.

Na reunião de hoje, a FNE ficou a conhecer novos detalhes do modelo de concursos que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação quer implementar, que passará por manter um concurso nacional – para os professores que querem mudar de escola ou que querem vincular - e criar um novo concurso contínuo nacional, que substituirá os vários mecanismos concursais já existentes.

Primeiro realiza-se o concurso nacional interno e externo e, mal comece o ano letivo, arranca o concurso contínuo, explicou Pedro Barreiros.

A proposta da tutela é que os professores que ficam sem componente letiva se possam candidatar, mas a FNE quer “um concurso entre os dois previstos pelo ministério que permita aos professores dos quadros poderem concorrer à mobilidade”.

A tutela irá enviar hoje a sua proposta, tendo os sindicatos até quinta-feira para apresentar contributos. A 4 de maio, realiza-se uma reunião técnica e a 11 de maio uma reunião negocial.

“Se o ministério acolher os nossos contributos, poderíamos limar algumas arestas a 4 de maio e no dia 11 seria apenas um proforma para validar. Caso não acolha os nossos contributos, então a reunião será noutros moldes”, disse Pedro Barreiros.



FNE ALERTA:

DESCENTRALIZAÇÃO DOS CONCURSOS NAS ESCOLAS PODE PÔR EM CAUSA TRANSPARÊNCIA E EQUIDADE

Através de um comunicado enviado às redações, a FNE afirmou que "a publicação do Despacho n.º 4240-C/2026, de 31 de março, que procede à subdelegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para a realização de procedimentos concursais comuns no recrutamento de técnicos superiores e técnicos de sistemas e tecnologias de informação, merece uma análise atenta no plano da organização e funcionamento do sistema educativo.

A FNE reconhece que a aproximação da decisão às escolas pode, em determinados contextos, contribuir para uma maior adequação dos perfis recrutados às necessidades específicas de cada unidade orgânica, bem como para uma maior celeridade nos processos de contratação.

Contudo, esta medida levanta preocupações relevantes que importa assinalar.

Desde logo, a descentralização de procedimentos concursais pode conduzir a uma fragmentação de práticas, com riscos evidentes ao nível da transparência, da equidade e da uniformidade de critérios. A existência de múltiplos procedimentos conduzidos localmente poderá potenciar assimetrias e dificultar a garantia de princípios fundamentais da Administração Pública, designadamente os da imparcialidade e da igualdade de oportunidades.

Por outro lado, a transferência de competências para os diretores ocorre sem evidência de um reforço proporcional de meios, formação ou valorização das funções de gestão, agravando a já significativa sobrecarga administrativa que recai sobre estes responsáveis.

Importa ainda sublinhar que este tipo de opção política se insere numa tendência mais ampla de descentralização que, não sendo devidamente enquadrada por mecanismos claros de regulação e acompanhamento, pode traduzir-se numa desresponsabilização da administração central e num aumento das desigualdades entre escolas.

Importa, igualmente, enquadrar este despacho nas declarações recentes do Ministério da Educação, Ciência e Inovação relativas à intenção de proceder à vinculação de cerca de 1400 técnicos para as escolas, maioritariamente psicólogos. Neste contexto, a FNE considera essencial esclarecer se o número agora referido corresponde à totalidade das vagas a abrir no âmbito destes procedimentos concursais, bem como quais os critérios de distribuição e afetação destes recursos pelas escolas. A ausência de clarificação sobre estas matérias levanta preocupações quanto à transparência do processo e à garantia de uma resposta efetiva às necessidades identificadas no terreno.

A FNE reafirma que qualquer processo de reforço da autonomia das escolas deve ser acompanhado por: regras claras e uniformes; mecanismos robustos de transparência e supervisão; garantia de equidade no acesso às funções públicas; e adequados recursos humanos, técnicos e financeiros.

Neste sentido, a FNE acompanhará a aplicação deste despacho, avaliando os seus impactos no funcionamento das escolas e na qualidade dos processos concursais, reiterando a necessidade de salvaguardar os princípios estruturantes de um sistema educativo público, coeso e justo, aproveitando igualmente a reunião já agendada para o próximo dia 6 de abril, no âmbito dos Trabalhadores de Apoio Educativo, para colocar estas questões e solicitar os necessários esclarecimentos", dizia o documento.



REVISÃO DO

ESTATUTO DA CARREREIRA

Docente

CONTRIBUTO DA FNE PARA A

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

14 ABRIL 2026





FNE marcou presença na Audição sobre a revisão do ECD na AR

A FNE, representada pela Vice-Secretária-Geral, Josefa Lopes e pelo Secretário-Geral Adjunto, Paulo Fernandes, marcou presença na manhã de 14 de abril, na Assembleia da República (AR) na Audição Conjunta dos Sindicatos no âmbito do Grupo de Trabalho constituído pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência (CEC) para acompanhar o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A delegação da Federação apresentou nesta iniciativa os contributos para a Comissão de Educação e Ciência da AR, documento no qual começa por reforçar que "a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) constitui um momento decisivo para o sistema educativo português. Não estamos perante uma revisão técnica ou marginal, estamos perante uma escolha política estruturante sobre o futuro da escola pública e sobre a valorização dos docentes que nela trabalham".

A fechar o seu espaço de intervenção, a FNE sublinhou que o processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente não pode traduzir-se em soluções tímidas, parcelares ou sucessivamente adiadas. O sistema educativo não suporta mais respostas incompletas nem intervenções avulsas: exige-se uma abordagem estrutural, coerente e ambiciosa. É imperativo construir uma carreira docente mais atrativa, transparente e justa, assente em melhores condições de trabalho, maior estabilidade e reais perspetivas de progressão, bem como num estatuto remuneratório digno e valorizado.



VÍDEO COM EMISSÃO COMPLETA (INTERVENÇÃO FNE A PARTIR DOS 10:10M E 1H23M).



FNE exigiu em reunião com a Secretária de Estado da Administração Pública "clarificação e transparência nos concursos para TAE"

A FNE reuniu a 6 de abril de 2026, no Ministério das Finanças, com a Secretária de Estado da Administração Pública, Marisa Garrido, num encontro que contou igualmente com a presença do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre.

A reunião teve como objetivo central a análise das principais preocupações relativas aos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE), num contexto marcado pela recente publicação do Despacho n.º 4240-C/2026.

A FNE registou como positivo o anúncio da abertura de um concurso para a vinculação de 1.406 técnicos especializados, incluindo 758 psicólogos, considerando tratar-se de um passo relevante, ainda que tardio, no reconhecimento da necessidade de estabilidade profissional destes trabalhadores da educação. Este processo permitirá regularizar a situação de muitos técnicos que, há vários anos, desempenham funções essenciais nas escolas em regime de precariedade.

Contudo, a FNE sublinhou que o número de vagas anunciado "é insuficiente para responder às necessidades reais do sistema educativo". Na perspectiva da Federação, esta medida não resolve de forma estrutural o problema da precariedade, nem assegura a estabilidade indispensável ao bom funcionamento das escolas.

No caso específico dos psicólogos, embora seja positivo garantir a existência de pelo menos um profissional por agrupamento, a FNE alerta que esta solução não cumpre o rácio previsto na Lei n.º 54/2025, que estabelece a necessidade de um psicólogo por cada 500 alunos. Torna-se, por isso, essencial monitorizar as necessidades das escolas, de modo a assegurar a sua adequada dotação em recursos humanos.

Relativamente ao modelo de concurso adotado, a FNE "manifesta preocupação com a fragmentação de procedimentos conduzidos a nível local, alertando para riscos acrescidos em termos de transparência, equidade e uniformidade de critérios".

Esta dispersão pode comprometer princípios fundamentais da Administração Pública, designadamente a igualdade de oportunidades e a imparcialidade.

Face a este cenário, a FNE defende:

- a reavaliação permanente do número de vagas agora anunciado;
- a adoção de um modelo concursal uniforme, transparente e centralizado;
- a garantia de condições e recursos humanos e materiais adequados para a execução dos procedimentos concursais;
- a não sobrecarga das escolas com tarefas para as quais, em muitos casos, não dispõem de meios nem de preparação;
- a implementação de medidas que assegurem a integração destes profissionais em carreiras estáveis e dignificadas.

A FNE reafirmou que os trabalhadores de apoio educativo, incluindo assistentes operacionais, assistentes técnicos, técnicos especializados e outros profissionais, são pilares fundamentais das escolas, assegurando o seu funcionamento diário, o apoio às comunidades educativas e a promoção de ambientes inclusivos e seguros.

Apesar disso, continuam a enfrentar condições laborais desajustadas, com carreiras pouco valorizadas, salários insuficientes e sobrecarga de trabalho. Neste sentido, a FNE considera urgente dar início a processos negociais que respondam a estas reivindicações. Foi assumido o compromisso de realizar, até ao final do mês de abril, uma reunião com vista a avançar num dos pontos considerados prioritários: a reestruturação e valorização das carreiras, começando pela análise e avaliação dos conteúdos funcionais, com vista à identificação das funções cuja especificidade justifique a sua especialização.

A Federação chamou ainda a atenção para a situação dos Técnicos Especializados para Formação, muitos dos quais acumulam mais de uma década de serviço com contratos sucessivos, desempenhando funções de natureza docente, como lecionação, avaliação e acompanhamento de alunos, sem qualquer integração numa carreira estável.

No final da reunião, a FNE entregou ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação um ofício sobre estas matérias, bem como uma carta subscrita por diretores escolares, na qual são expressas reservas quanto às condições e ao modelo de abertura do procedimento concursal para técnicos superiores.

A FNE manifestou ainda total disponibilidade para, em sede de diálogo institucional, contribuir para a construção de soluções que valorizem estes profissionais e permitam ultrapassar os constrangimentos identificados.

Lisboa, 6 de abril de 2026



Consulte [aqui](#) o ofício entregue pela FNE



"Negociar Sempre, Desistir Nunca" - Pedro Barreiros, no SN da UGT

A UGT reuniu o seu Secretariado Nacional a 9 de abril, numa reunião onde seria debatida a aprovação, ou não, das alterações na proposta de revisão da legislação laboral.

Confira aqui a intervenção do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, na sede da Central Sindical, em Lisboa:

"A UGT participou, ao longo de vários meses, no processo de discussão do anteprojeto "Trabalho XXI", mantendo uma postura de diálogo e de contributo construtivo, ainda que não considerasse necessária uma alteração profunda à legislação laboral.

Apesar de alguns avanços, a última versão conhecida, e que não queremos nem aceitamos que seja assumida como final, continua aquém das expectativas.

Ao longo desta negociação, várias críticas poderiam ou podem ser feitas: ao Governo, à condução do processo, ao timing, à estratégia, ou à sua ausência, à comunicação e à transparência, ou à sua falta.

Diversas propostas da UGT ainda não foram consideradas, sendo de salientar que a última versão mantém matérias com impacto negativo na proteção dos trabalhadores que representamos. Por isso, importa que o processo negocial prossiga, com uma aposta clara no diálogo social e na unidade da nossa central.

Perante este cenário, reafirmo a importância do compromisso com o diálogo social e com a construção de uma legislação laboral mais justa, inclusiva e equilibrada.

Por estes motivos, e independentemente de pormenores de redação, votarei favoravelmente esta proposta de resolução, em prol da unidade da UGT e do superior interesse dos trabalhadores que representamos.

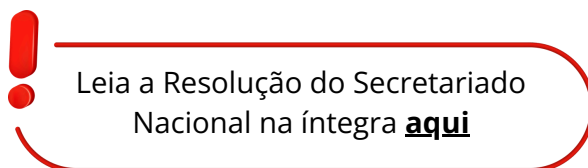
Viva a UGT.

Vivam os trabalhadores".

Resolução UGT aprovada por unanimidade - "Trabalho XXI. Tempo para a Concertação Social"

A UGT, reunida em Secretariado Nacional a 9 de abril de 2026, concluiu, por unanimidade, que não estão reunidas condições para um consenso sobre a proposta de revisão da legislação laboral ("Trabalho XXI").

A Central Sindical levará esta posição à Concertação Social, mantendo-se disponível para o diálogo, mas firme na defesa de uma legislação laboral mais justa, equilibrada que responda aos desafios do trabalho, com uma negociação coletiva e sindicatos mais fortes.





FNE no I Congresso Luso Brasileiro organizado pela FESAP

O Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, moderou o painel “Negociação coletiva no serviço público - desafios e oportunidades no Brasil e em Portugal” no 1º Congresso Luso Brasileiro de Relações de Trabalho e Modernização da administração pública que decorreu entre 28 e 30 de abril, em Lisboa, organizado pela FESAP, em parceria com a FONACATE.





Sindicato dos **7** professores
Zona Norte

SPZN celebra 52 anos

O SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte celebrou os seus 52 anos de existência no passado dia 30 de abril.

A criação deste Sindicato, na noite de 29 para 30 de abril de 1974, nasceu da vontade dos professores se unirem para serem mais fortes e, juntos, lutarem em prol de uma causa comum: uma Educação de qualidade para todos.

Desde a fundação, o SPZN tem-se destacado pela sua atuação em defesa dos direitos dos professores, seja na negociação de melhores salários e condições de trabalho, seja na luta por melhores políticas públicas para a educação. A história do sindicato é marcada por importantes vitórias que só foram possíveis graças à união e à força de todos.

Assinalando esta data, o SPZN lança também uma nova webapp, acessível em App SPZN, que representa um passo significativo na modernização da comunicação com os sócios. Esta plataforma digital foi concebida para facilitar o acesso a informação relevante, agilizar a interação com o sindicato e reforçar a proximidade com os professores, permitindo uma ligação mais direta, rápida e eficaz. Com esta iniciativa, o SPZN reforça o seu compromisso com a inovação e com a construção de uma relação cada vez mais participada e dinâmica com os seus associados.

O SPZN celebra esta data junto a todos os seus sócios, desde os seus fundadores àqueles que continuam a juntar-se, a participar e a fortalecer este sindicato.

Saiba tudo sobre o sindicato em www.spzn.pt



STAEZN comemora 37º aniversário

O STAEZN (Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo / Pessoal Não Docente da Zona Norte) celebrou o seu 37º aniversário no dia 30 de abril.

Com os seus primeiros estatutos publicados oficialmente a 30 de abril de 1989, o STAEZN é uma associação sindical que representa os trabalhadores Não Docentes da Educação dos ensinos público, privado, ensino particular e cooperativo, nomeadamente Misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo Sindicato membro da FNE desde 1989.

O STAEZN nasceu por comissão constituída em 25 de Janeiro de 1989 presidida por Alberto Fernando Lopes Machado.

O primeiro Congresso foi realizado no Porto, no dia 21 de Abril de 1990 na Escola Secundária Alexandre Herculano e aí foram aprovados documentos importantes como o Estatuto Profissional, o Código Deontológico e debatidos assuntos como a Formação Profissional e a participação na gestão das escolas, ou as condições de trabalho do ensino Particular.

Cristina Peixoto é a atual Presidente do Sindicato.



40º aniversário do SPCL

O SPCL - Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas comemorou o seu 40º aniversário, em 30 de abril.

É um sindicato membro da FNE e representa os professores que exercem funções no Ensino Português no Estrangeiro (EPE).

Com os primeiros Estatutos oficialmente aprovados a 30 de abril de 1986, o SPCL, atualmente com sede na Alemanha, tem tido uma ação fundamental na defesa dos direitos dos professores do EPE e na qualidade de ensino, sendo presidido por Teresa Soares.

O SPCL orienta a sua atuação dentro da observância dos princípios do sindicalismo democrático e da liberdade sindical, tal como se acham definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela OIT, nomeadamente através da organização e gestão democráticas, baseadas na eleição periódica dos seus dirigentes e na participação livre e ativa dos seus associados.



SDPA celebrou o seu 37º aniversário

O Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) comemorou a 13 de abril o seu 37º aniversário.

Fundado em 1989, o SDPA é uma associação sindical que representa os educadores de infância, os professores de todos os níveis de ensino, os investigadores científicos e os formadores profissionais que trabalham na Região Autónoma dos Açores e é um parceiro social respeitado na Região e no País, sendo membro da Federação Nacional da Educação (FNE) e da União Geral de Trabalhadores (UGT), instituições onde faz eco das pretensões dos docentes que laboram nos Açores.

Nestes anos de existência tem seguido a prática de um sindicalismo firme e acutilante, sem demagogias enganosas, assumindo uma linha de conduta consentânea com a dignidade dos profissionais que representa, procurando resolver os problemas que afetam a classe de um modo determinado e ponderado, em espírito de diálogo e em sede negocial, atuando estruturadamente, visando a contínua melhoria das condições de trabalho dos profissionais que representa.

António Fidalgo, Presidente do SDPA: "Desde a sua génese, somos um Sindicato que continuamente se renova e se expande. Com a força das pessoas que o sonharam, o construíram, o lideraram, a ele pertenceram e o apoiaram, com a força de todos, o SDPA tem-se vindo a afirmar, sustentadamente, como um Sindicato que marca a diferença e se consolidou como um ator relevante e importante na sociedade açoriana. Assumimos a necessidade de desenvolvermos uma ação sindical afirmativa e proativa na defesa dos interesses e das necessidades dos profissionais da Educação que representamos. Unidos, contando com a mobilização de todos, conseguiremos (Re)Valorizar a Docência | Por Uma Educação de Qualidade".



TALIS

Results from the Teacher Knowledge Survey

What Teachers Know About General Pedagogy





Conhecimento pedagógico dos professores portugueses em destaque na OCDE

Os resultados do primeiro Inquérito ao Conhecimento dos Professores (Teacher Knowledge Survey - TKS), um módulo do estudo TALIS 2024 da OCDE (publicado em 7 de outubro de 2025), reuniu oito países (n=8) e colocou os professores portugueses do 3º ciclo com a pontuação mais elevada entre os participantes (274 pontos), superando a média de 266 pontos dos quatro países membros da OCDE: Estados Unidos, Chile, Polónia e Portugal.

De acordo com os dados publicados, cerca de 40% dos professores nacionais atingiram níveis avançados de conhecimento pedagógico (nível 3), um valor significativamente acima da média dos países participantes (33%). No nível mais básico de conhecimento pedagógico (nível inicial), situaram-se 8% dos professores inquiridos, tendo neles Portugal registado a percentagem mais baixa entre os 8 países participantes: Chile, Croácia, Marrocos, Polónia, Arábia Saudita, África do Sul e Estados Unidos.

O estudo demonstra que a experiência profissional desempenha um papel relevante, já que os professores com mais de dez anos de carreira apresentam níveis de conhecimento pedagógico superiores aos docentes em início de carreira, com uma diferença média de 12 pontos. Cerca de 94% dos professores portugueses inquiridos possuem grau de mestrado ou doutoramento, estando este nível de formação associado a melhores resultados no conhecimento pedagógico.

Os resultados mostram uma relação entre o conhecimento pedagógico e práticas de ensino mais eficazes na gestão de aula. Professores com níveis mais elevados de conhecimento dedicam mais tempo ao processo de ensino e aprendizagem — cerca de 74% do tempo de aula efetivo — e menos tempo à gestão disciplinar e a tarefas administrativas. Este perfil traduz-se também numa maior capacidade de adaptação às necessidades dos alunos, nomeadamente através da adequação das estratégias pedagógicas.

Portugal apresenta uma distribuição relativamente equilibrada de professores com elevados níveis de conhecimento pedagógico entre escolas, com apenas 2% da variação atribuída a diferenças entre estabelecimentos de ensino. Ainda assim, o estudo identifica assimetrias geográficas, apontando para a necessidade de continuar a promover políticas de equidade na distribuição de recursos humanos.

No que respeita ao impacto na profissão e aprendizagem no bem-estar, o conhecimento pedagógico surge como um fator emancipador, estando associado a menores níveis de stress perante a gestão de turmas e reformas curriculares. Os dados indicam uma associação positiva entre o conhecimento pedagógico dos professores e o desempenho dos alunos.

Quanto a fatores de influência, a experiência (mais de 10 anos de serviço), as habilitações académicas mais elevadas e a colaboração regular entre pares encontram-se entre as variáveis que mais positivamente influenciam os resultados.

Apesar de ser comum não se fazerem inferências com $n=8$ sem caucionar a representatividade da amostra, estes resultados forem bem recebidos pelo setor da educação em Portugal.

Consulte o relatório de síntese e os dados:

DGEEC: <https://www.dgeec.medu.pt/l/9GKJb>

OCDE: <https://www.oecd.org/.../Teacher-Knowledge-Survey-2024...>

concurso nacional

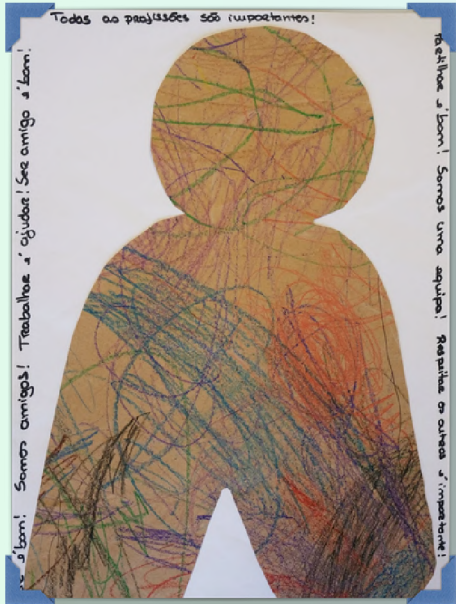
2026



2025 | 3º Escalão - 1º Lugar
Ana Clara Bastos Gomes
AE - D. Maria II - Braga

o 10 Era uma vez...
De maio

1º Escalão



1º lugar
JI Vale de Tamel -
Barcelos



2º lugar
JI de Assento - Pacô -
Arcos de Valdevez



3º lugar
JI- Sala do Mar - Santa Casa da
Misericórdia - V. N. Cerveira



Menção Honrosa
EB Manuel António Pina -
V. N. Gaia

2º Escalão



1º lugar

EB Igreja – Meadela –
Viana do Castelo



2º lugar

EB do Torno -
Lousada



3º lugar

EB/JI do Teso –
Póvoa de Varzim



Menção Honrosa

EB de Cabanões -
Ovar

3º Escalão



1º lugar

Beatriz Pacheco Pinto -
EB Penafiel Sul -
Penafiel



2º lugar

Lucas Fialho - EB Dr. José de
Jesus Neves Júnior - Faro



3º lugar

Raphael Ribeiro Rodrigues -
AE Penafiel Sudeste - Penafiel

4º Escalão



1º lugar

Madalena Mendes Luís -
ES de S. Lourenço - Portalegre



2º lugar

Tomás Silva Neves -
ES Caldas das Taipas



3º lugar

Hugo Correia Fernandes -
AE D. Maria II - Braga



Menção Honrosa

Catarina Rodrigues Galego -
ES S. Lourenço - Portalegre

22
ABRIL
2026

Dia da Terra

A EDUCAÇÃO A SALVAR O PLANETA



Dia da Terra 2026

O papel da Educação na salvação do planeta

Neste dia 22 de abril de 2026, Dia da Terra, a FNE e a AFJET juntam-se a uma mobilização global por uma educação climática de qualidade para todos, pela justiça climática e por uma transição justa para uma economia verde, que garanta os direitos humanos e a participação inclusiva.

E a educação desempenha um papel central na proteção do planeta. É através do conhecimento que as pessoas desenvolvem consciência ambiental, compreendem os impactos das suas ações e adquirem ferramentas para tomar decisões mais sustentáveis no dia a dia. Desde cedo, a escola pode incentivar valores como o respeito pela natureza, o consumo responsável e a preservação dos recursos naturais.

Educadores, professores, ativistas e cidadãos estão em todo o mundo a defender as pessoas e o planeta, apelando aos seus governos para que assegurem uma Educação de qualidade sobre o clima para todos, com sistemas educativos sustentáveis e resilientes, com Justiça Climática, para uma Transição Justa para uma economia verde.

Além disso, a educação não se limita às salas de aula: campanhas, projetos comunitários e iniciativas digitais ampliam o alcance da informação e mobilizam diferentes gerações. Num mundo cada vez mais confrontado com desafios como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição, investir na educação é investir num futuro mais equilibrado e resiliente.

Assim, celebrar o Dia da Terra não é apenas um momento simbólico, mas também uma oportunidade para reforçar o compromisso com a aprendizagem contínua e a ação consciente, fundamentais para garantir a sustentabilidade do nosso planeta.



1.º de Maio: desafios da Educação e dignidade docente em Portugal

«O trabalho dignifica o Homem». (Max Weber)

O 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, mais que uma data comemorativa no calendário, representa um momento de reflexão sobre a dignidade do trabalho, os direitos laborais, as conquistas alcançadas e os desafios que se colocam e persistem, concretamente na educação-escola em Portugal, onde os professores, educadores e profissionais do setor educativo enfrentam uma série de problemáticas que colocam em causa as condições laborais e ético-deontológicas, a qualidade do ensino e o futuro da educação no nosso país.

A nobreza, respeitabilidade-honorabilidade, dignitas, intelectualidade e valorização da profissionalidade docente – há muito tempo a esta parte – que há um «abastardamento» das condições profissionais, da qualidade do ensino-aprendizagem e da própria dignidade profissional. A educação em Portugal está doente e atravessa um período-conjuntura de transformações profundas, com a organização escola a transformar-se numa escola-arena em metamorfose, passando de uma escola humanista em transição para uma escola IA-lizante (neologismo), com perda e cancelamento do fator humano em educação, marcada pela tutoria algorítmica, do silício dominante sobre o carbono, por reformas sucessivas, alterações curriculares, parafernália da métrica burocrática, e uma crescente pressão tóxica sobre o professorado – que do «burnout» reza a história. Os professores portugueses, pilares fundamentais do ecossistema educativo e da «Augusta Escola», veem-se confrontados com múltiplos desafios, fatalmente atingidos por uma burocracia tarefaira redundante que os sufoca, proletariza e aliena da sua missão de magister.

Realidade que tem sido publicamente denunciada e combatida pelos sindicatos da educação, na defesa intransigente da dignidade do magisterium, contra o enviesamento do foco da essencialidade docente, e pela centralidade e auctoritas do professor resgatadas.

Os sindicatos de professores tudo fizeram contra os constrangimentos orçamentais e o congelamento da carreira docente durante anos consecutivos – numa luta-vitória e conquista histórica – que, aliado aos baixos salários e ao aumento da inflação e do custo de vida, criou uma situação de precariedade económica para muitos colegas (vide a exorbitância das rendas pagas no aluguer de casa).

A precariedade-instabilidade laboral e a falta crónica de professores minam a continuidade pedagógica nas nossas escolas – graças a erro político de palmatória – e da adversidade motivacional resultante, que colocam em causa a qualidade do sistema educativo português e, conseqüentemente, o desenvolvimento das futuras gerações «portugalianas» (neologismo). Esta escassez, resulta numa sobrecarga dos trabalhadores docentes, que recorrentemente lecionam turmas superlotadas e assumem responsabilidades muito para além das suas competências-obrigações específicas, aliás, um dos problemas estruturais da educação – em Portugal.

Repisando, porque é central e é bandeira – o professor é um intelectual, não é um burocrata, tendo de ser respeitado como tal, senhores políticos e Ex.ma. Tutela – sendo facto que a burocratização: reuniões multiplicantes, relatórios ad nauseam, varia documenta, et cetera, mais ultra explicações à interferência-parentalidade invasiva do espaço-escola, que consomem uma «temporalidade preciosa» que poderia ser dedicada à preparação de aulas e ao acompanhamento individualizado dos alunos, diminui e desvaloriza significativamente a docência em tarefas administrativas, afastando o professorado proletarizado, da sua função primordial: ensinar, formar, criar valor humano acrescentado.

Uma reivindicação de toque é o combate pela valorização da profissão docente e pelo reconhecimento social do papel do professor na sociedade – ímpar na construção da pessoa humana e na preparação para o exercício da cidadania e do pensamento crítico – na dialéctica societal e civilizacional.

A revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), em curso, tem de traduzir-atrair pela carreira atrativa, com um sistema de progressão que seja transparente, justo, motivador, e sem artificialismos de entraves-travões.

Não esqueçamos o papel da formação contínua para o desenvolvimento profissional e da qualidade educativa, relevante, acessível e reconhecida no sistema de progressão (não de bloqueio) da carreira docente.

«Nós não pedimos felicidade, apenas um pouco menos de dor».
(Charles Bukowski)

«Ninguém pode medir a dor do Outro, só sabe a intensidade da dor quem a sente».
(Claudina Duarte Souza)

Viva o 1.º de Maio!
Viva os Trabalhadores da Educação!
Viva Portugal!

Disse.

Carlos Calixto
Dirigente SDPSul



Valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo

Os Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) desempenham um papel indispensável no funcionamento das escolas em Portugal. No entanto, um dos temas mais atuais e relevantes prende-se com a necessidade urgente de valorização profissional, revisão das carreiras e aposta na formação contínua, num contexto marcado pelo envelhecimento destes profissionais, pela escassez de recursos humanos e por níveis salariais pouco compatíveis com as responsabilidades que assumem.

Um dos principais desafios é o défice de TAE. Muitas escolas enfrentam dificuldades em garantir o número necessário de trabalhadores para assegurar o normal funcionamento das atividades diárias. Esta situação é agravada pelo envelhecimento da força de trabalho, sendo comum encontrar profissionais com muitos anos de serviço e próximos da aposentação. A falta de renovação geracional compromete a capacidade de resposta das escolas, aumentando a sobrecarga de trabalho e dificultando a manutenção de um ambiente seguro e organizado.

Outro aspeto central diz respeito à valorização das carreiras. Durante muito tempo, estes profissionais foram vistos apenas como executores de tarefas operacionais, sem o devido reconhecimento do seu papel educativo. Atualmente, existe uma reivindicação crescente para a criação de carreiras específicas de apoio educativo, que reflitam a complexidade das suas funções. Para além disso, a precariedade dos vínculos laborais continua a ser uma preocupação, exigindo medidas que promovam maior estabilidade e dignidade profissional.

A questão dos baixos salários é particularmente relevante. Apesar de desempenharem funções de grande responsabilidade, como a supervisão de alunos, a gestão de conflitos, o apoio a crianças com necessidades específicas e a garantia da segurança nos espaços escolares, muitos destes trabalhadores auferem remunerações próximas do salário mínimo. Esta discrepância entre exigência funcional e compensação financeira contribui para a desmotivação, dificulta a atração de novos profissionais e agrava a falta de pessoal nas escolas.

A formação contínua surge como uma necessidade fundamental perante os novos desafios que as escolas enfrentam. Os TAE lidam diariamente com situações exigentes, como o acompanhamento de alunos com necessidades específicas, a mediação de conflitos e a utilização de ferramentas tecnológicas. Investir na sua qualificação permite não só melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também reforçar a sua valorização profissional.

Em suma, valorizar os TAE é investir na qualidade da educação. Reconhecer o seu contributo, melhorar as condições de trabalho, rever os níveis salariais e apostar na formação são passos fundamentais para garantir escolas mais inclusivas, eficientes e preparadas para o futuro.

Cristina Peixoto
Presidente do STAE-ZN



Federação Nacional da Educação

FÓRUM



TRABALHADORES

DE APOIO EDUCATIVO

2026

Valorização, desenvolvimento profissional
e reconhecimento dos Trabalhadores de
Apoio Educativo

AUDITÓRIO DO MUSEU MUNICIPAL DE PENAFIEL

16 DE MAIO 2026

DIA MUNDIAL
DOS TRABALHADORES DE APOIO EDUCATIVO



PROGRAMA

10:00h | **Receção dos participantes**

10:30h | **Sessão de Abertura**

Boas-vindas e enquadramento do Fórum.

O papel estratégico dos Trabalhadores de Apoio Educativo na Escola Pública.

Pedro Barreiros - Secretário-Geral da Federação Nacional de Educação - FNE

Pedro Cepeda - Presidente da Câmara Municipal de Penafiel

10:45h | **Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo**

Reconhecimento profissional, formação contínua e dignificação da função.

Jefferson Pessi - Coordenador de Educação e Emprego da Internacional da Educação

Domingos Fernandes - Presidente do Conselho Nacional de Educação - CNE

João Ramalho - Presidente do STAAEZC

11:30h | **Mesa-Redonda - Caminhos para a valorização efetiva dos TAE**

Desafios atuais nas escolas e impacto na qualidade educativa.

Reforço das equipas e melhoria das condições de trabalho.

Fausto Quintas - Diretor de Agrupamento de Escolas D. António Ferreira Gomes - Penafiel

António Sorte Pinto - Diretor do Agrupamento de Escolas de Penafiel Sudeste

João Paulo Leonardo - Diretor do Agrupamento de Escola Passos Manuel - Lisboa

Cristina Peixoto - Presidente do STAEZN

12:15h | **Debate**

Intervenções dos participantes.

12:45h | **Encerramento**

António Cunha - Vereador da Educação e Conhecimento da Câmara Municipal de Penafiel

Cristina Ferreira - Secretária-Geral Adjunta - FNE



www.fne.pt

Das conclusões do Fórum serão publicitados os Compromissos Sindicais e as Prioridades Negociais dos TAE, os quais orientarão a intervenção da FNE.



Erasmus+ e Estratégia de EFP em foco no Diálogo Setorial Europeu da Educação

O grupo de trabalho do Comité Europeu de Diálogo Social Setorial na Educação reuniu-se a 16 de abril de 2026 em Bruxelas para debater os principais desenvolvimentos políticos da União Europeia (UE) que afetam os sistemas educativos e os docentes europeus.

As trocas de pontos de vista com a Comissão Europeia (CE) centraram-se em três pontos essenciais: no **futuro do Programa Erasmus+**, na **estratégia para o ensino e formação profissional (EFP)** e nas **prioridades de financiamento da UE a longo prazo**.



O debate em torno do Erasmus+ 2028-2034 sublinhou o apelo do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e dos seus sindicatos a um maior reconhecimento dos parceiros sociais da educação na governação do programa, incluindo no seu envolvimento no Comité do Erasmus+. Bodgan Zdrojewski, do Parlamento Europeu, fez uma intervenção em vídeo sobre esta matéria.

O CSEE destacou também preocupações relacionadas com as atividades de mobilidade de professores, organizadas durante os períodos de interrupção letiva e de verão, o reconhecimento insuficiente da escassez de professores a nível europeu e a necessidade de um apoio mais consistente aos formandos do Ensino e Formação Profissional (EFP) e aos estudantes provenientes de meios desfavorecidos.

Em conjunto com a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE), o CSEE reiterou a importância de um financiamento equilibrado entre os setores da educação e explorou a possibilidade de uma ação conjunta de defesa de interesses para garantir que a educação continue a ser uma prioridade central de investimento da UE.

O CSEE e a EFEE também se congratularam pelo regresso do Reino Unido e da Suíça ao Programa Erasmus+, a partir do dia 1 de janeiro de 2027. Para além dos 27 Estados-Membros da UE, participam atualmente no programa Erasmus+ os seguintes países terceiros: Islândia, Liechtenstein, Macedónia do Norte, Noruega, Sérvia e Turquia.

Educação versus competitividade

No que diz respeito à futura Estratégia Europeia de EFP 2026 - 2030, o CSEE salientou que melhorar a atratividade do EFP requer não só um melhor acesso à formação e ao emprego, mas também a empregos de qualidade com condições de trabalho e salários justos.

O CSEE sublinhou igualmente a necessidade de reforçar a base factual, clarificar a implementação a nível nacional e garantir a coerência com as iniciativas existentes. Para o CSEE, os custos da mobilidade devem atingir os 100%. Por outro lado, o CSEE defendeu um Comité Consultivo nas agências Erasmus+ de cada país, com a participação das partes interessadas, incluindo os sindicatos da educação.

Em conclusão, o CSEE apela a que a Estratégia da UE para o EFP considere o EFP como um bem público ao serviço tanto da sociedade como dos indivíduos, e não apenas das empresas; garanta um diálogo social significativo com os sindicatos da educação a todos os níveis; assegure um investimento público sustentado nas instituições, no pessoal e no equipamento do EFP; dê prioridade à atratividade, remuneração, condições de trabalho, autonomia e desenvolvimento profissional dos professores do EFP e mantenha uma base sólida de educação geral nos currículos do EFP.

Nesta questão, temos de um lado o CSEE que defende uma estratégia de EFP para além das competências profissionais (valores, direitos, línguas, literacias e Democracia) e do outro lado um trio composto por CE, OCDE e o parceiro social europeu BusinessEurope, que defendem uma estratégia alicerçada na Competitividade e nos Talentos.

Hjordis V. Dalsgaard (CE) fez uma apresentação sobre a visão da CE da Estratégia Europeia para o EFP salientando o contexto político, dados e desafios no setor e o processo de consulta. No respeitante à participação, temos 10,4 milhões de jovens europeus a frequentar o EFP de nível médio (9 milhões no nível ISCED 3 e 1,4 milhões no nível ISCED 4).



Autonomia institucional e liberdade académica

No que concerne ao desempenho nos últimos anos, a meta de 2025 relativa à exposição à aprendizagem em contexto de trabalho (60 %), utilizada como indicador para medir a qualidade, foi ultrapassada por mais de dois terços dos formandos do EFP em formação prática. A taxa de emprego dos diplomados do EFP de 80% aproxima-se da meta de 82%. Quanto à mobilidade no EFP ela está a recuperar lentamente, com 5,3% de alunos do EFP em mobilidade em 2023 (dados do Erasmus+) ainda muito longe da meta de 12% para 2030, um valor muito inferior à mobilidade no ensino superior (23%).



Os desafios no EFP continuam a ser uma subutilização sistémica do seu potencial, a escassez e desajustamento persistentes de competências nos Estados-Membros, em particular nos setores verde, digital e dos cuidados, a baixa atratividade do EFP e a perceção como um percurso de «segunda escolha», os estereótipos de género e participação desequilibrada, uma cooperação fraca com a indústria e uma capacidade de inovação limitada.

No âmbito da revisão pela UNESCO da Recomendação da Liberdade Académica, CSEE e EFEE continuaram o seu debate em torno de um Plano de Ação conjunto sobre autonomia institucional e liberdade académica, que substitua o documento similar adotado em 2022.

Os delegados adotaram uma nova “Declaração conjunta CSEE-EFEE para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e deficiências na educação”, dando simultaneamente início às discussões iniciais sobre as prioridades do próximo Programa de Trabalho da ESSDE.

O último ponto da ordem de trabalhos foi a atualização sobre os projetos conjuntos do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação. A saber: “EastSD: Reforçar a atratividade da profissão docente através do fortalecimento do diálogo social – capacitação nos Balcãs Ocidentais e nos países da Parceria Oriental” e o “InclEdu4AllNeeds: Parceiros sociais setoriais europeus na educação promovem a inclusão de pessoas com necessidades especiais na educação”.

O representante dos sindicatos portugueses da educação no ESSDE é Joaquim Santos (FNE).



Cancro de mama: uma ausência notável na lista de doenças profissionais

Apesar das evidências científicas e da mobilização sindical, o cancro de mama ainda não foi reconhecido como doença profissional nos países da União Europeia, com exceção da Dinamarca, que indemniza as pessoas afetadas desde 2008.

De acordo com a avaliação mais recente realizada em 2022 pela Agência Internacional para a Investigação do Cancro (IARC), existem cerca de 2,3 milhões de novos casos de cancro da mama em todo o mundo.

O cancro da mama não é apenas a forma de cancro mais prevalente nas mulheres, mas também a mais mortal, com 670 000 mulheres a morrerem devido à doença nesse ano. Embora vários fatores claramente identificados, como o tabagismo, o excesso de peso ou a genética, promovam a patogénese da doença, alguns riscos associados à atividade profissional continuam a passar despercebidos pelas autoridades de saúde.

Riscos profissionais que são ignorados

O trabalho noturno é um dos fatores ocupacionais menos conhecidos que podem contribuir para o desenvolvimento do cancro da mama. Como explica Tony Musu, engenheiro químico e investigador do Instituto Sindical Europeu (ETUI), «Tem tudo a ver com a perturbação do ritmo circadiano. Quando as pessoas trabalham em turnos flexíveis, o relógio biológico do seu corpo fica desincronizado, o que tem um efeito em cadeia, em particular na secreção de melatonina, uma hormona natural que desempenha um papel crucial na regulação do ciclo sono-vigília».

Existe uma falta crítica de atenção à prevenção, apesar de a associação com o trabalho por turnos ser suspeita, mas curiosamente ignorada: já em 2010, a IARC classificava o trabalho noturno como «provavelmente cancerígeno».

Pior ainda, em 2012, um estudo francês intitulado «CECILE», realizado pelo Instituto Nacional de Saúde e Investigação Médica (INSERM) entre 2005 e 2008 demonstrou que o trabalho noturno aumenta o risco de cancro da mama em 30% de forma geral e em 40% mais especificamente se o período de trabalho noturno se prolongar para além de quatro anos e meio.

De acordo com a ONG norte-americana BreastCancer Fund, as enfermeiras têm um risco 50% superior de desenvolver cancro da mama em comparação com a população em geral. Esse risco acrescido pode ser atribuído à sua exposição a múltiplos agentes cancerígenos. Afinal, as enfermeiras lidam com muitos produtos químicos cancerígenos, como o óxido de etileno, utilizado na esterilização de equipamento médico. No entanto, não são as únicas trabalhadoras a estar sujeitas a múltiplas exposições.

A variedade de profissões afetadas continua a ser largamente subestimada ou mesmo ignorada, quer se trate de floristas, pessoal de limpeza ou comissárias de bordo, tendo estas últimas de lidar não só com o trabalho noturno, mas também com os riscos de exposição à radiação ionizante, nomeadamente a radiação cósmica e solar absorvida pelo tecido biológico, que não deve exceder um determinado limiar. Apesar destas constatações, a falta de medidas de prevenção continua a colocar estas trabalhadoras, e na verdade toda a tripulação de voo, em risco.

As especificidades da saúde feminina continuam a ser ignoradas

Estes números iniciais são inequívocos. Dito isto, os riscos profissionais do cancro da mama continuam a ser ofuscados pelas questões de saúde no trabalho. Porquê? «Um em cada dois trabalhadores é uma mulher», salienta Jean-Luc Rué, coordenador de saúde e segurança da CFDT (Confederação Democrática do Trabalho) da região do Grand Est, antes de lamentar «a falta de investigação sobre as implicações do trabalho para as mulheres». Annie Thébaud-Mony, socióloga especializada em cancros relacionados com o trabalho, mostra-se chocada com a falta de estudos epidemiológicos, comentando que «a questão dos fatores de risco ocupacionais para as mulheres deveria ter sido levantada muito mais cedo».

E qual a razão para esta omissão? Segundo Tony Musu, «Historicamente, a investigação científica tem-se centrado nos cancros desenvolvidos em trabalhadores do sexo masculino.»

Charles-Olivier Betansedi, que expõe a invisibilidade da ligação entre o trabalho e o cancro nas mulheres (2018), descreve a mecânica do processo de investigação: dos 243 estudos epidemiológicos sobre cancro profissional, publicados entre 2003 e 2014 na PubMed, 97,1% dizem respeito a homens ou a uma população mista, com apenas 2,9% dos estudos a referirem-se exclusivamente a mulheres.

Tal escassez de investigação destaca a invisibilidade das profissões predominantemente femininas: enfermeiras, floristas, comissárias de bordo ou funcionárias de limpeza. «Os componentes de alguns produtos de limpeza — como o formaldeído — foram finalmente identificados como cancerígenos, mas não houve investigações epidemiológicas para avaliar a magnitude da incidência de cancro da mama em mulheres que trabalham como funcionárias de limpeza», para grande consternação de Annie Thébaud-Mony.

«Uma questão social»

Apesar do número crescente de estudos, nada avança, ou pelo menos não a um ritmo suficiente. Confrontados com a inércia das autoridades de saúde, os sindicatos e as associações de trabalhadores estão a mobilizar-se. No entanto, a luta pelo reconhecimento do cancro da mama como doença profissional revelou-se uma batalha difícil. Na União Europeia, cada Estado-Membro tem o seu próprio sistema de reconhecimento de doenças profissionais. A Dinamarca é o único país a reconhecer oficialmente o cancro da mama como uma doença profissional associada ao trabalho noturno. Em 2008, 37 mulheres receberam uma indemnização, o que marcou uma primeira vitória significativa para os sindicatos que se tinham mobilizado, impulsionados pelas crescentes e convincentes evidências científicas, em particular sobre os efeitos nocivos do trabalho noturno.

No entanto, a indemnização não é concedida automaticamente. Embora as mentalidades tenham mudado e o sistema dinamarquês que rege o reconhecimento do cancro da mama como doença profissional tenha evoluído, os procedimentos envolvidos continuam a ser difíceis e incertos, na medida em que o ónus de provar a ligação entre a doença e as condições de trabalho recai ainda sobre as mulheres.

Em Portugal, o cancro pode ser considerado uma doença profissional quando é causado pela exposição a agentes cancerígenos no local de trabalho. Para ser considerada doença profissional, deve haver uma relação direta entre o tumor e a exposição a fatores de risco no trabalho, devendo o diagnóstico ser formalizado.

Outros países europeus estão a ficar para trás. Na Suécia, tal como na Noruega e na Finlândia, o cancro da mama ainda não figura na lista de doenças profissionais oficialmente reconhecidas. No entanto, na Suécia, o trabalho noturno e a exposição a determinados produtos químicos já são identificados como fatores de risco para o cancro da mama. Em França, uma lista de tabelas especifica as doenças profissionais reconhecidas, mas o cancro da mama não está incluído entre elas. Esta situação repete-se na Bélgica, na Alemanha e na Itália. Quanto à Polónia, o debate em torno do cancro da mama está apenas a começar, enquanto em países como a Hungria as discussões ainda nem sequer arrancaram. Então, qual é o grande obstáculo? O cancro da mama é uma doença de causas múltiplas, o que torna a sua origem profissional ainda mais difícil de determinar.

Quanto às doenças que não constam das tabelas, é possível apresentar pedidos para o seu reconhecimento como doenças profissionais, mas, na maioria dos casos, acabam por ser rejeitados. Empenhados nesta causa há cerca de 10 anos, os sindicatos estão agora a mobilizar-se para ajudar as mulheres com cancro da mama na sua luta para que esta doença seja reconhecida como doença profissional. Os sindicatos esperam que este reconhecimento se estenda a outras profissões.

Embora a resposta sindical tenha vindo a ganhar força a nível local, os sindicatos têm tido dificuldades em organizar uma campanha conjunta a nível europeu. O direito ao reconhecimento das doenças profissionais é mal interpretado como um direito individual, quando na verdade é uma questão social!

Informação sobre os riscos

Para os sindicatos, a prioridade é a prevenção. Para colmatar essa lacuna, há alguns anos, a CFDT – Mineiros da Lorena lançou um inquérito junto dos enfermeiros dos hospitais da região. Uma iniciativa semelhante foi levada a cabo pelos GISCOP 93 e 84 em França. Criado em 2002, este Grupo de Interesse Científico sobre Cancros Profissionais (GISCOP) visita hospitais para questionar doentes com cancro sobre os seus históricos profissionais, com o objetivo de os ajudar a estabelecer a ligação com a sua profissão e a obter o reconhecimento, seguido de indemnização.

Embora uma campanha intersindical a nível nacional e europeu em geral ainda esteja a ter dificuldades em arrancar, Jean-Luc Rué espera que «o tema ganhe maior visibilidade, de modo a chamar a atenção para a situação em toda a Europa e a conduzir à criação de um ou mais quadros de doenças profissionais». Perante um reconhecimento tão lento e difícil, os sindicatos lutam com unhas e dentes para finalmente se livrarem de um ambiente de saúde e segurança no trabalho que é garantido à custa da saúde das mulheres.

*Com ETUI – Instituto Sindical Europeu
Clara Authiat - HesaMag31-Winter 2025*



1º de Maio



CENTRO NACIONAL DESPORTIVO DO JAMOR - OEIRAS

KIDS RACE 10H00
+ CORRIDA E
CAMINHADA
1º DE MAIO
10H30

ANIMAÇÃO
CULTURAL

ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS
FOLCLORE E BANDAS

INTERVENÇÕES
SINDICAIS
15H00

QUIM
BARREIROS 15H30

EXPOSIÇÃO
ENTREGA DE PRÉMIOS - EDIÇÃO 2026
DO CONCURSO NACIONAL
"ERA UMA VEZ O 1.º DE MAIO"



o 1º Era uma vez...
de maio

VALORIZAR OS TRABALHADORES

CARREIRAS DIGNAS E VALORIZADAS

MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

INVESTIR NA EDUCAÇÃO



www.fne.pt